



## A RELAÇÃO ENTRE GEOGRAFIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ESPAÇO COMO CATEGORIA ESTRATÉGICA PARA ANÁLISE DAS DESIGUALDADES TERRITORIAIS

Giovana Oliveira Morais<sup>1</sup>

Fabricio Antonio Deffacci<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo explora a conexão entre Geografia e Desenvolvimento Regional e destaca o papel do espaço como categoria central de análise para compreender e tentar reduzir desigualdades territoriais. Com base em uma revisão de literatura fundamentada em autores referência na área, como Milton Santos e François Perroux, o estudo aborda as dinâmicas de polarização econômica, as teorias de desenvolvimento regional e suas implicações para o planejamento territorial. A metodologia adotada é qualitativa, com abordagem exploratória e descritiva, utilizando dados. Os resultados indicam que o espaço não é apenas um reflexo das condições socioeconômicas, mas também um agente ativo que influencia essas dinâmicas. O artigo conclui que a articulação entre Geografia e Desenvolvimento Regional é indispensável para a formulação de políticas públicas que promovam a equidade e a sustentabilidade territorial.

**Palavras-chave:** Polarização Territorial; Desigualdades Regionais; Dinâmicas Espaciais;

### THE RELATIONSHIP BETWEEN GEOGRAPHY AND REGIONAL DEVELOPMENT: SPACE AS A STRATEGIC CATEGORY FOR THE ANALYSIS OF TERRITORIAL INEQUALITIES

**Abstract:** This article explores the connection between Geography and Regional Development and highlights the role of space as a central analytical category for understanding and seeking to reduce territorial inequalities. Based on a literature review grounded in leading scholars in the field, such as Milton Santos and François Perroux, the study examines the dynamics of economic polarization, regional development theories, and their implications for territorial

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos (PPGDRS/UEMS/Ponta Porã). Graduada em Geografia/Licenciatura (UEMS/CG). [moliveiragiovana@gmail.com](mailto:moliveiragiovana@gmail.com); <https://orcid.org/0009-0004-9606-5075>

<sup>2</sup> Doutor em Ciências Sociais (UNESP/Araraquara). Docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos (PPGDRS/UEMS/Ponta Porã). [fabricioad@uems.br](mailto:fabricioad@uems.br); <https://orcid.org/0000-0001-7015-023X>

planning. The methodology adopted is qualitative, with an exploratory and descriptive approach, using secondary data. The results indicate that space is not merely a reflection of socioeconomic conditions but also an active agent that influences these dynamics. The article concludes that the articulation between Geography and Regional Development is indispensable for the formulation of public policies that promote territorial equity and sustainability.

**Keywords:** territorial polarization; regional inequalities; spatial dynamics.

## 1 Introdução

Em um mundo marcado pelas crescentes desigualdades socioeconômicas e impactos ambientais cada vez mais severos, o estudo das dinâmicas territoriais e desenvolvimento regional tem ganhado crescente relevância. Enquanto ciência, a geografia estuda as interações entre o homem e o espaço, e desempenha um papel fundamental no processo de compreensão dessas dinâmicas. Por outro lado, as teorias de desenvolvimento regional forcem as bases históricas e analíticas para enfrentar os desafios impostos por essas desigualdades.

No Brasil, um país de dimensão continental, enfrente um desafio histórico de desigualdades regionais. Regiões metropolitanas (como São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro) concentram atividades econômicas, infraestrutura, acesso a lazer, cultura e maiores oportunidades, enquanto as regiões periféricas lidam com limitações estruturais que dificultam o seu desenvolvimento e uma melhor qualidade de vida da população.

Analisando o contexto brasileiro, é possível observar essa diferença entre a região sudeste, altamente industrializada e a região norte, que é frequentemente marginalizada no processo de integração na econômica nacional. Essa realidade reflete a polarização econômica e territorial discutida por autores como Perroux, que fala sobre o acúmulo de riquezas em polos dinâmicos e a dependência das periferias quanto a essa imposição.

A escolha do espaço como categoria central de análise é particularmente relevante nas investigações desses sistemas. Quando é considerado fatores naturais, étnicos e culturais, a geografia fornece uma perspectiva ampla das desigualdades territoriais e das oportunidades de reduzir essas diferenças. O desenvolvimento regional oferece uma abordagem aplicada, que se baseia em teorias e que busca contextualização que acarretaram as desigualdades no território.

O problema central que norteia esse artigo está relacionado à falta de integração entre as especificidades regionais e as políticas públicas de desenvolvimento no país. Embora existam algumas iniciativas, elas geralmente carecem de articulações mais efetivas. A relevância desse estudo reside em seu potencial de apresentar uma perspectiva integrada, ligando *insights*

teóricos e práticos que lidam com os desafios atuais. A análise das dinâmicas espaciais possibilita o entendimento das desigualdades regionais e possibilita a articulações entre o governo, comunidade e organizações.

As desigualdades regionais configuram-se como um dos problemas estruturais mais persistentes do desenvolvimento socioeconômico contemporâneo, sobretudo em países marcados por extensas heterogeneidades territoriais, como o Brasil. Tais desigualdades expressam-se na concentração espacial de renda, infraestrutura, serviços públicos, inovação e oportunidades, revelando que o desenvolvimento não se materializa de forma homogênea no território, mas segue uma lógica seletiva e hierarquizada.

Nesse contexto, a Geografia oferece um aporte analítico fundamental ao evidenciar que o desenvolvimento regional não pode ser compreendido dissociado do espaço geográfico. Longe de constituir apenas um suporte físico das atividades econômicas, o espaço é produzido socialmente e incorpora relações de poder, técnicas, fluxos e fixos que condicionam e, simultaneamente, são condicionados pelas dinâmicas do desenvolvimento. Assim, o espaço torna-se uma categoria estratégica para compreender como as desigualdades territoriais são produzidas, reproduzidas e aprofundadas ao longo do tempo.

Apesar disso, grande parte das análises sobre desenvolvimento regional ainda privilegia abordagens predominantemente econômicas, nas quais o espaço aparece de forma abstrata, reduzido a recortes administrativos ou a variáveis locais. Essa limitação teórica dificulta a compreensão das múltiplas dimensões (sociais, políticas, culturais e técnicas) que estruturam as assimetrias territoriais. Tal lacuna evidencia a necessidade de um diálogo mais sistemático entre a Geografia, especialmente a Geografia Crítica, e o campo do desenvolvimento regional.

Diante desse cenário, o problema central que orienta este artigo consiste em compreender de que maneira o espaço geográfico, entendido como construção histórica, social e técnica, atua como elemento ativo na dinâmica do desenvolvimento regional e na conformação das desigualdades territoriais. Parte-se do pressuposto de que o desenvolvimento não é apenas um processo econômico, mas um fenômeno espacialmente diferenciado, cujos efeitos variam conforme as condições estruturais e a inserção dos territórios nas redes econômicas e políticas mais amplas.

O objetivo geral do artigo é analisar a contribuição da Geografia para o entendimento do desenvolvimento regional, enfatizando o espaço como categoria analítica estratégica para a

interpretação das desigualdades territoriais. Como objetivos específicos, busca-se: (i) discutir o conceito de espaço geográfico a partir da Geografia Crítica; (ii) articular esse conceito às principais abordagens do desenvolvimento regional; e (iii) evidenciar como a dimensão espacial permite compreender as assimetrias territoriais para além de explicações estritamente econômicas.

Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem teórico-reflexiva, fundamentada na revisão crítica da literatura geográfica e do desenvolvimento regional, mobilizando autores clássicos e contemporâneos. Ao fazê-lo, pretende-se contribuir para o fortalecimento de análises que reconheçam o espaço como elemento central na formulação de políticas públicas mais sensíveis às desigualdades regionais e às especificidades territoriais. Para alcançar a proposição desse estudo, utiliza-se uma abordagem qualitativa, utilizando da análise de conteúdo como método para compreender as conexões entre a geografia e o desenvolvimento regional, explorando o conceito de espaço. Os dados utilizados são secundários, obtidos por meio de revistas acadêmicas, livros, dissertações e teses da área. A partir dessa abordagem, é possível obter uma visão mais abrangente sobre essa temática.

## **2 Geografia, Espaço Geográfico e Desenvolvimento Regional**

A Geografia, enquanto ciência social, tem como eixo central a análise das relações entre sociedade e espaço. Diferentemente de concepções que tratam o espaço como um dado neutro ou meramente físico, a Geografia Crítica compreende o espaço geográfico como uma construção histórica e social, resultante da interação entre sistemas de objetos e sistemas de ações, conforme formulado por Milton Santos (1996). Nessa perspectiva, o espaço não apenas reflete as dinâmicas econômicas e sociais, mas também atua como elemento ativo na sua conformação.

Essa concepção é fundamental para o entendimento do desenvolvimento regional, uma vez que permite reconhecer que o desenvolvimento se realiza de forma espacialmente desigual. As diferenças regionais não são fruto do acaso, mas expressão concreta da maneira como os territórios são incorporados de forma diferenciada às dinâmicas do capitalismo, aos circuitos produtivos e às redes técnicas e informacionais. Assim, o espaço geográfico torna-se uma instância mediadora entre as estruturas globais e as realidades locais.

As teorias clássicas do desenvolvimento regional contribuíram significativamente para a compreensão dessas desigualdades. Autores como Perroux (1967) destacaram os polos de crescimento como motores do desenvolvimento, enquanto Myrdal (1957) formulou o conceito de causação cumulativa, evidenciando como regiões mais dinâmicas tendem a reforçar suas vantagens iniciais em detrimento das áreas periféricas. Hirschman (1958), por sua vez, introduziu a noção de encadeamentos produtivos, ressaltando os efeitos para frente e para trás gerados pelos investimentos.

Apesar de suas contribuições, essas abordagens apresentam limitações ao operar, em muitos casos, com uma concepção abstrata de espaço, reduzida a recortes regionais ou a variáveis econômicas. A Geografia Crítica amplia essa análise ao incorporar dimensões sociais, políticas e territoriais, permitindo compreender como as desigualdades regionais são produzidas por relações de poder, estratégias estatais e decisões locais seletivas.

Nesse sentido, o espaço deve ser entendido como produto e condição do desenvolvimento regional. Ele incorpora infraestruturas, normas, fluxos financeiros, técnicas e formas de organização do trabalho que favorecem determinados territórios em detrimento de outros. Como destaca Santos (2002), a seletividade do meio técnico-científico-informacional intensifica a diferenciação espacial, aprofundando as desigualdades entre regiões centrais e periféricas.

A articulação entre Geografia e desenvolvimento regional possibilita, portanto, uma leitura mais abrangente das assimetrias territoriais, ao evidenciar que o desenvolvimento não se limita ao crescimento econômico, mas envolve processos de inclusão e exclusão espacial. Dessa forma, compreender o espaço como categoria estratégica é condição essencial para interpretar as dinâmicas regionais contemporâneas e para orientar políticas públicas mais equitativas e territorialmente sensíveis.

### **3 Escala Geográfica, Território e Desigualdades Territoriais**

A análise das desigualdades territoriais exige a incorporação da categoria escala geográfica, uma vez que os processos de desenvolvimento se manifestam de maneira diferenciada conforme o nível espacial considerado. As dinâmicas econômicas, políticas e sociais articulam-se de forma multiescalar, envolvendo interações entre escalas locais,

regionais, nacionais e globais, o que torna insuficientes análises restritas a um único recorte espacial.

Na perspectiva da Geografia Crítica, a escala não deve ser entendida apenas como um instrumento técnico de análise ou como um nível hierárquico predefinido, mas como uma construção social permeada por relações de poder. Smith (1988) e Massey (1994) destacam que as escalas são produzidas historicamente, refletindo estratégias de dominação, controle e apropriação do espaço. Assim, a definição de prioridades de investimento, infraestrutura e políticas públicas em determinadas escalas tende a beneficiar alguns territórios em detrimento de outros.

As desigualdades territoriais, portanto, resultam não apenas de diferenças internas entre regiões, mas também da forma como os territórios são inseridos em redes econômicas e políticas mais amplas. Decisões tomadas em escala global — como fluxos financeiros, estratégias corporativas e políticas macroeconômicas — produzem impactos desiguais nos territórios, reforçando processos de concentração e marginalização regional. Esse fenômeno evidencia que o desenvolvimento regional é fortemente condicionado pela articulação entre escalas e pela capacidade dos territórios de se posicionarem nessas redes.

O conceito de território, por sua vez, complementa essa análise ao enfatizar a dimensão política do espaço. O território é espaço apropriado, controlado e disputado por diferentes agentes, sejam eles o Estado, o capital ou a sociedade civil. Nesse sentido, as desigualdades territoriais expressam relações assimétricas de poder que se materializam na organização do espaço, na distribuição de infraestruturas e no acesso diferenciado a recursos e serviços.

A ausência de uma abordagem multiescalar e territorial nas políticas de desenvolvimento tende a reforçar essas desigualdades. Políticas formuladas de maneira homogênea, sem considerar as especificidades territoriais, frequentemente reproduzem padrões de concentração econômica e espacial. Por outro lado, estratégias que reconhecem a diversidade dos territórios e suas diferentes escalas de inserção econômica possuem maior potencial de promover um desenvolvimento regional mais equilibrado.

Dessa forma, a articulação entre escala geográfica, território e desenvolvimento regional permite compreender que as desigualdades territoriais não são meramente reflexos de falhas locais, mas resultam de processos estruturais que operam em múltiplas escalas. Incorporar essa



perspectiva é fundamental para análises críticas do desenvolvimento e para a formulação de políticas públicas capazes de enfrentar as assimetrias regionais de maneira mais efetiva.

#### **4 Espaço Geográfico: uma Categoria Estratégica para Análise Regional**

Na geografia, o conceito de espaço transcende a noção de um território físico ou alguma delimitação estática. O espaço é compreendido como um elemento dinâmico, relacional e ativo, resultado de interações socioeconômicas, históricas e culturais. A partir dessa perspectiva, o papel da geografia se estabelece como ciência integrada e interdisciplinar, que busca entender a interações entre os agentes sociais e o ambiente em que estão inseridos.

Ao enfatizar que o espaço geográfico é constituído por sistemas de objetos e sistemas de ações, Milton Santos construiu um papel central nesse debate, e entende que o espaço participa de forma ativa nas dinâmicas sociais e econômicas, ao mesmo tempo que proporciona condições e produtos das relações humanas. Segundo Santos (1996), o espaço é um meio técnico-científico-informacional que reflete a materialidade da sociedade que está em constante transformação, e exerce influência sobre essas mudanças.

A partir dessas concepções, entende-se o espaço como uma categoria central de análise dentro da geografia, pois conecta aspectos naturais e socioeconômicos e um único sistema de relações. Essa integração proporciona a compreensão das desigualdades regionais e as dinâmicas de desenvolvimento do espaço, reconhecendo as complexidades do espaço como um conjunto de camadas que interagem entre si.

Para uma análise das disparidades regionais, é necessária uma diferenciação espacial, e Santos (1996) argumenta que as condições econômicas e técnicas não se distribuem de forma uniforme, criando as regiões centrais, detentoras de recursos e poder, e as periféricas, que continuam marginalizadas. Esse conceito de espaço diferenciado é um reflexo das dinâmicas do sistema capitalismo, que sempre busca a valorização de territórios específicos em detrimento de outros, e “A força desse movimento vem do fato de que, enquanto a memória é coletiva, o esquecimento e a consequente (re)descoberta são individuais, diferenciados, enriquecendo as relações interpessoais, a ação comunicativa.” (Santos, 1996, p. 224).

O espaço não é apenas um reflexo das condições sociais e econômicas, é também um intermediador que influencia essas condições; essa relação dialética é fundamental para a compreensão das dinâmicas que acontecem no território, especialmente em contextos de desenvolvimento regional. Weber destaca em sua teoria de localização que ela é um fator

primordial na configuração do espaço, a proximidade das infraestruturas, recursos naturais e mercados influenciam diretamente a concentração de atividades econômicas, “Além de que, considerou a existência de alguns centros consumidores e um número limitado de matérias-primas.” (Santos; Lages, 2013, p. 58).

Milton Santos amplia essa perspectiva quando considera também fatores culturais e simbólicos na definição da localização estratégica de território.

O valor real de cada um não depende de sua existência separada, mas de sua qualificação geográfica, isto é, da significação conjunta que todos e cada qual obtêm pelo fato de participar de um lugar. Fora dos lugares, produtos, inovações, populações, dinheiro, por mais concretos que pareçam, são abstrações. A definição conjunta e individual de cada qual depende de uma dada localização. Por isso a formação socioespacial e não o modo de produção constitui o instrumento adequado para entender a história e o presente [...] (Santos, 1996, p. 86).

Já o conceito de espaço técnico-científico-informacional também é abordado por Santos, se caracteriza pela conectividade global e pela proeminência de objetos formados a partir de princípios científicos e da técnica informacional.

[...] é o meio geográfico do período atual, onde os objetos mais proeminentes são elaborados a partir dos mandamentos da ciência e se servem de uma técnica informacional da qual lhes vem o alto coeficiente de intencionalidade com que servem às diversas modalidades e às diversas etapas da produção. (Santos, 1996, p. 157)

Esse período representa a fase mais profunda de interação entre a técnica e a ciência, “Essa união entre técnica e ciência vai dar-se sob a égide do mercado. E o mercado, graças exatamente à ciência e a técnica, torna-se um mercado global.” (Santos, 1996, p. 159).

No entanto, essa conexão não é justa, pois certas regiões estão mais vinculadas às redes de produção global, enquanto outras permanecem excluídas, fomentando ainda mais as desigualdades territoriais.

Ao conectar os conceitos de espaço no âmbito da geografia, às teorias de desenvolvimento regional, entende-se que o espaço é um elemento chave no processo de compreensão das desigualdades; ele serve como um filtro que amplia ou diminui o acesso ao desenvolvimento, dependendo da sua configuração técnica, econômica e política. O espaço geográfico não é apenas um reflexo dessas condições, mas também atua como um agente regulador delas, e desempenha um papel crucial para entender as dinâmicas e desigualdades territoriais.

## 5 Dinâmicas Espaciais e Teorias de Desenvolvimento Regional



No desenvolvimento regional, suas teorias fornecem ferramentas analíticas para a compreensão das maneiras em que os processos econômicos, territoriais e sociais moldam as dinâmicas de crescimento entre as regiões. Nesse contexto, o espaço não é apenas o “palco” dessas transformações, mas também um agente ativo nessas relações, que reflete os padrões de desenvolvimento impostos historicamente, e os desequilíbrios estruturais que emergem das dinâmicas de acumulação de capital e de relações de poder que acontecem no território, e é possível afirmar que:

Não existe um espaço global, mas, apenas, espaços da globalização. O mundo se dá sobretudo como norma, ensejando a espacialização, em diversos pontos, dos seus vetores técnicos, informacionais, económicos, sociais, políticos e culturais. São ações "desterritorializadas", no sentido de teleagidas, separando, geograficamente, a causa eficiente e o efeito final. (Santos, 1996, p.229)

Nesse campo, Perroux é uma figura importante, pois formulou a teoria dos polos de crescimento, e apresenta características relevantes para a compreensão da escolha da localização de diferentes indústrias. Em sua teoria, ele considera o espaço polarizado, em que os centros dinâmicos concentram as atividades econômicas, e é exercida a influência sobre as áreas periféricas, e:

[...] o crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou pólos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia (Perroux, 1967, apud, Lima, 2010, p.6)

Essa abordagem dialoga com a perspectiva de espaço geográfico de Milton Santos, que considera o espaço como uma variável relevante na compreensão das relações entre centro e periferia.

Nas teorias do desenvolvimento regional, o espaço ganha destaque como categoria analítica, ao ser compreendido pela sua ligação com fatores políticos e socioeconômicos. O espaço é abordado a partir de diferentes perspectivas dentre as teorias clássicas e contemporâneas, que incluem polarização, localização e as dinâmicas endógenas de desenvolvimento.

Perroux promoveu o conceito de polos de crescimento para explicar a concentração espacial do desenvolvimento. De acordo com essa teoria, o crescimento econômico costuma ser impulsionado por setores ou indústrias líderes, que atuam como máquinas de desenvolvimento em uma região específica, e:

O aparecimento duma ou várias indústrias altera a atmosfera de uma época, cria um clima favorável ao crescimento e ao progresso [...] A novidade introduz variáveis diferentes e (ou) suplementares no horizonte econômico e nos projetos dos sujeitos econômicos e grupos de sujeitos econômicos dinâmicos: tem um efeito instabilizador. (Perroux, 1967, apud, Lima, 2010, p.8)

Esses polos geram externalidades positivas que se irradiam nas regiões vizinhas; entretanto, podem intensificar as desigualdades ao criar uma relação de dependência entre os centros dinâmicos e as suas respectivas periferias.

Para complementar essa teoria, Boudeville distingue três noções de espaço: espaço de planejamento, espaço polarizado e espaço homogêneo. Segundo Lima (2010):

**A região é homogênea** quando corresponde a um espaço contínuo onde cada uma de suas partes apresenta características semelhantes. **A região é polarizada** quando se considera a interdependência das aglomerações urbanas, onde suas diversas partes são complementares, em um sistema hierarquizado de acordo com os bens produzidos. **A região é uma região-plano** quando considerada como um espaço contínuo onde as diversas partes estão sob uma mesma decisão.

Esses diferentes conceitos formam uma base para a compreensão de como as dinâmicas econômicas se estruturam no espaço geográfico e geram as áreas privilegiadas e marginalizadas.

De modo geral, as teorias de desenvolvimento regional frequentemente abordam a polarização econômica como uma das principais condições que moldam o espaço, e conforme Perroux, resulta em um modelo de desenvolvimento desigual, em que os centros dinâmicos acumulam as riquezas, infraestruturas e poder político, enquanto as periferias seguem marginalizadas. É possível notar essa dinâmica em países em desenvolvimento, onde as áreas rurais permanecem inerte, e as regiões metropolitanas se tornam polos de constante crescimento.

Myrdal instaurou a teoria da causação circular acumulativa afim de explicar como os processos de desenvolvimento reforçam as desigualdades existentes, e segundo Lima (2010, p. 12) “A separação entre fatores econômicos e não econômicos limitava a análise, pois estes últimos podem ser relevantes para a explicação do processo.” Além disso, argumenta que os ganhos econômicos em uma região geram efeitos multiplicadores que beneficiam o centro, enquanto as regiões periféricas arcam com um ciclo estagnado.

As teorias de desenvolvimento regional oferecem um quadro analítico um tanto quanto vigoroso para compreender as dinâmicas espaciais e as desigualdades nos territórios. Nesse contexto, o espaço é posto como um elemento central, e é moldado por fatores políticos, econômicos e sociais.

## 6 Conexão entre Geografia e Desenvolvimento Regional

A geografia, como ciência estuda o espaço geográfico e suas relações com a natureza e sociedade, fornece metodologias e bases teóricas para ajudar na compreensão das desigualdades, os processos de ocupação do solo, a natureza e as relações do ser humano com o meio ambiente, como afirma Almeida; Martins; Silva (2019, p. 15):

“Assim é estudar a geografia de cada realidade. Reaver o que nela há; que tipo de dinâmicas contribui para a composição de suas especificidades geográficas, isto é, o que a faz ser única e, em cada momento histórico, interligada em maior ou menor grau com outras realidades geográficas.”

Por sua vez, o desenvolvimento regional busca articular práticas e estratégias que promovam a redução dessas desigualdades, “A definição de desenvolvimento regional é em si multi e interdisciplinar.” (Oliveira, 2021, p. 207), e por isso, busca a adoção de práticas e estratégias que visam a redução das desigualdades, através da promoção de melhorias nas condições de trabalho, saúde e qualidade de vida da sociedade, entretanto:

[...] a ideia atual do desenvolvimento, que foi uma das principais inspiradoras da ideia do desenvolvimento regional, remonta a década de 1950, com os escritos de François Perroux. Para ele, o desenvolvimento era uma mudança social e mental que conduzia ao crescimento econômico. Essa concepção chamou a atenção para a necessidade de estudos que envolvessem a ideia de desenvolvimento numa dimensão da dinâmica das regiões. Por isso, na evolução da história do pensamento econômico e das próprias ciências sociais, surgiu a concepção de ciência regional. (Piacenti; De Lima; Eberhardt; Eberhardt, 2016, p. 9)

Essa concepção revela a importância de estudos que integre as dinâmicas regionais, fundamentando a concepção de ciência regional.

O desenvolvimento regional e a geografia abrangem o espaço como uma categoria fundamental de análise. Na Geografia, o espaço é percebido como um palco e um produtor das relações socioeconômicas, políticas e culturais. Segundo Santos (1996) O espaço é ao mesmo tempo técnico, político e simbólico, e reflete as condições estruturais e históricas do povo que o representam.

Perroux destaca em suas análises que o espaço polarizado é uma característica do sistema capitalista, em que certas regiões acumulam vantagens tecnológicas e econômicas, enquanto as demais continuam dependentes; essa é uma das perspectivas do espaço do contexto do desenvolvimento regional, onde o espaço é explorado como um recurso estratégico, em que

as entidades e organizações definem as inclusões sociais e as possibilidades de crescimento, e a partir desse contexto, entende-se que:

As regiões novas crescem quando crescem as demandas das demais regiões pelos seus produtos, provenientes das empresas localizadas no seu território. Com isso, a integração de uma região só pode ser compreendida quando analisados o perfil e a difusão das atividades de base no espaço territorial, o que estimula a inserção da economia regional na economia nacional. (Oliveira, 2021, p. 208)

Os desafios regionais e as especificidades territoriais são exemplos de como a geografia pode contribuir na formulação de políticas públicas mais efetivas. O planejamento territorial, que trabalha com análises geográficas e estratégias de desenvolvimento, é uma ferramenta importante para reduzir as desigualdades, e segundo a obra de Piacenti; Lima; Eberhardt; (2016, p. 123) “[...] o desenvolvimento está enraizado nas condições locais, sejam elas materiais ou imateriais, alterando o foco do planejamento regional, direcionando-o para a localidade.” isso mostra que a relação da geografia e o desenvolvimento regional não é apenas teórica, mas também é possível ver essa integração na prática.

Um exemplo de política pública que envolve essas duas áreas é a Zona Franca de Manaus, que é uma evidência de planejamento territorial direcionado para a integração da região econômica à economia nacional e foi criada:

A fim de promover o crescimento econômico da região, o Governo Federal ofereceu incentivos fiscais para a instalação de indústrias no Estado do Amazonas, especialmente montadoras de produtos eletrônicos. Esse processo foi administrado pela Superintendência da Zona Franca de Manaus -SUFRAMA, e os incentivos deveriam permanecer em vigor até, pelo menos, o ano de 2003. (Marchioro; Gubert; Gubert; 2014, p. 193)

A conexão da geografia e do desenvolvimento regional é um campo fértil de interações práticas e teóricas. O desenvolvimento regional fornece ferramentas de transformações de análises em ações efetivas, enquanto a geografia oferece uma base analíticas sólida para compreender as dinâmicas e desigualdades do território. Essa integração é imprescindível para o enfrentamento dos desafios atuais, como gestão ambiental e desigualdades socioeconômicas.

## **7 Geografia, Planejamento Territorial e Políticas de Desenvolvimento**

A incorporação da dimensão espacial no planejamento territorial constitui um elemento central para a formulação de políticas de desenvolvimento regional mais eficazes e socialmente justas. Ao reconhecer que os territórios são heterogêneos e atravessados por dinâmicas

históricas, econômicas e políticas específicas, a Geografia contribui para superar abordagens homogêneas que tendem a reproduzir desigualdades regionais.

O planejamento territorial, fundamentado em uma leitura crítica do espaço, permite compreender como as infraestruturas, os investimentos públicos e privados e as estratégias de desenvolvimento se distribuem de forma seletiva no território. Políticas regionais que desconsideram essas diferenças frequentemente reforçam processos de concentração econômica e espacial, ao privilegiar áreas já integradas às redes produtivas e informacionais em detrimento de regiões periféricas.

Nesse sentido, a Geografia oferece instrumentos analíticos que possibilitam identificar as potencialidades e vulnerabilidades territoriais, contribuindo para a formulação de estratégias de desenvolvimento mais sensíveis às especificidades locais. A análise multiescalar, por exemplo, permite compreender como decisões tomadas em níveis superiores de governo impactam de maneira diferenciada os territórios, exigindo arranjos institucionais capazes de articular escalas e agentes diversos.

Experiências de políticas regionais no Brasil evidenciam tanto os avanços quanto os limites desse processo. Iniciativas como os fundos constitucionais de financiamento e programas de desenvolvimento regional demonstram o potencial de indução do crescimento econômico em áreas menos dinâmicas. Contudo, a ausência de uma abordagem territorial integrada e a predominância de critérios econômicos têm limitado seus efeitos na redução das desigualdades regionais, resultando, em muitos casos, na reprodução de assimetrias espaciais.

A articulação entre Geografia e políticas públicas de desenvolvimento regional aponta, portanto, para a necessidade de superar modelos centrados exclusivamente na eficiência econômica. Um planejamento territorial orientado pela justiça espacial requer considerar não apenas indicadores de crescimento, mas também aspectos como acesso a serviços públicos, mobilidade, condições de vida e participação social. Dessa forma, o território deixará de ser apenas o local de implementação das políticas, mas o elemento estruturante de sua concepção e execução.

Assim, compreender o planejamento territorial como prática política e espacialmente situada permite reconhecer que o enfrentamento das desigualdades regionais depende de estratégias que integrem diferentes escalas, atores e dimensões do desenvolvimento. A

Geografia, ao enfatizar o espaço como categoria estratégica, contribui para a construção de políticas públicas mais equitativas e territorialmente orientadas.

## 8 Conclusão

O presente estudo busca a exploração da relação entre a geografia e o desenvolvimento regional, destacando o papel do espaço como categoria central de análise. Ao longo da pesquisa foi possível entender como a geografia apresenta suas bases teóricas e metodológicas para a compreensão das desigualdades territoriais, enquanto o desenvolvimento regional oferece ferramentas práticas.

Quando o texto articula os conceitos abordados e integra diferentes perspectivas teóricas e práticas, percebe-se que os objetivos foram contemplados. Por meio da revisão de literatura, foi possível compreender que o espaço não é apenas um palco de interações sociais e econômicas, mas também um agente influente nas regulamentações das dinâmicas. As teorias apresentadas fornecem um suporte resistente para a compreensão das desigualdades regionais e os mecanismos de polarização econômica.

Além disso, outros estudos que abordam a ligação entre a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento territorial podem oferecer insights sobre o equilíbrio do crescimento econômico com a preservação do meio ambiente. Outro caminho para discorrer esse assunto é o aprofundamento de pesquisas sobre as influências e consequências das novas tecnologias no espaço técnico-científico-informal.

Este artigo contribui de forma significativa para a compreensão das desigualdades regionais, destacando importância do desenvolvimento regional e a geografia como campos interdisciplinares; o avanço desse diálogo é fundamental para enfrentar os desafios contemporâneos e construir um futuro mais sustentável e com mais qualidade para a sociedade. Diante disso, o artigo ao analisar a relação entre Geografia e Desenvolvimento Regional, enfatizou o espaço geográfico como categoria analítica estratégica para a compreensão das desigualdades territoriais. A partir de uma abordagem teórico-reflexiva, evidenciou-se que o desenvolvimento regional não se configura como um processo homogêneo, mas como uma dinâmica espacialmente seletiva, marcada por hierarquias, assimetrias e relações de poder que se materializam de forma diferenciada nos territórios.

Ao mobilizar os aportes da Geografia Crítica, especialmente a concepção de espaço como construção histórica, social e técnica, o artigo demonstrou que o espaço não pode ser



reduzido a um mero suporte das atividades econômicas. Ao contrário, ele atua como agente ativo na produção e reprodução das desigualdades regionais, condicionando as possibilidades de desenvolvimento dos territórios e sua inserção nas redes econômicas e políticas mais amplas.

A articulação entre as categorias de espaço, escala e território permitiu aprofundar a análise das desigualdades territoriais, evidenciando que tais assimetrias resultam de processos multiescalares e de estratégias seletivas de investimento, planejamento e governança. Nesse sentido, as desigualdades regionais devem ser compreendidas como fenômenos estruturais, cuja superação exige abordagens que ultrapassem explicações estritamente econômicas.

Do ponto de vista das políticas públicas, o estudo reforça a necessidade de incorporar a dimensão espacial de maneira sistemática no planejamento territorial e no desenho das políticas de desenvolvimento regional. Estratégias homogêneas e descontextualizadas tendem a reproduzir padrões históricos de concentração econômica e espacial, enquanto abordagens territorializadas, sensíveis às especificidades locais e às articulações entre escalas, apresentam maior potencial para promover justiça espacial e redução das desigualdades.

Como contribuição teórica, o artigo reafirma a centralidade da Geografia no debate sobre desenvolvimento regional, ao demonstrar que a compreensão das desigualdades territoriais depende, fundamentalmente, de uma leitura crítica do espaço. Como agenda futura de pesquisa, sugere-se o aprofundamento de estudos empíricos multiescalares, bem como a investigação dos impactos da financeirização, da reestruturação produtiva e das novas tecnologias na reorganização do espaço regional, especialmente em contextos periféricos.

## Referências

ALMEIDA, Cecília Cardoso Teixeira de; MARTINS, Elvio Rodrigues; SILVA, Jorge Luiz Barcellos da. A ciência geográfica e o ensino de geografia dos anos 1980 aos dias de hoje: uma avaliação. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, [S. l.], v. 9, n. 18, p. 05–19, 2020. DOI: 10.46789/edugeo.v9i18.747. Disponível em: <https://revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/747>. Acesso em: 8 dez. 2024.

LIMA, Ana Carolina da Cruz. Teorias Clássicas Do Desenvolvimento Regional E Suas Implicações De Política Econômica: O Caso Do Brasil. **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Salvador, BA, v. 12. julho de 2010. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20358.pdf>>. Acesso em: 6 dez. de 2024.  
MASSEY, Doreen. **Space, place and gender**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

MARCHIORO, L. W.; GUBERT, D.; GUBERT, V. A Teoria dos Polos de Crescimento e Desenvolvimento de Perroux, e a Implantação na Zona Franca de Manaus na Região Norte do Brasil. **Revista de Estudos Sociais**, [S. l.], v. 16, n. 31, p. 186–202, 2014. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/2091>. Acesso em: 11 dez. 2024.

OLIVEIRA, N. M. Revisitando algumas teorias do desenvolvimento regional. **Informe GEPEC**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 203–219, 2021. DOI: 10.48075/igepec.v25i1.25561. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/25561>. Acesso em: 7 dez. 2024.

PIACENTI, Carlos Alberto; LIMA, Jandir Ferrera de; EBERHARDT, Paulo Henrique de Cezaro (Orgs.). **Economia e desenvolvimento regional**. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, 2016. Disponível em: [https://www.unioeste.br/portal/arq/files/NDR/livro\\_EconomiaeDesenvolvimentoRegional.pdf](https://www.unioeste.br/portal/arq/files/NDR/livro_EconomiaeDesenvolvimentoRegional.pdf). Acesso em: 9 dez. 2024.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec. 1996. Disponível em: <https://sites.usp.br/fabulacoesdafamiliabrasileira/wp-content/uploads/sites/1073/2022/08/A-natureza-do-Espaco.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2024.

SANTOS, S. W. L. dos; LAGES, A. M. G. A mecânica da localização da atividade econômica. **Nexos Econômicos**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 51–70, 2013. DOI: 10.9771/1516-9022rene.v7i2.8447. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revnexeco/article/view/8447>. Acesso em: 10 dez. 2024.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Tradução de Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.